



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



MANAUS, AM, 11 DE ABRIL DE 1997

Senhor Presidente da República da Venezuela, meu amigo e nosso amigo Rafael Caldera; Senhor Governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes, que tanto tem feito por esta região e tanto tem ajudado o desenvolvimento da Amazônia e colaborado com o Governo Federal; Senhores Ministros de Estado, que aqui se encontram, notadamente o Ministro Francisco Dornelles, que é da Indústria e Comércio, e o Ministro Freddy Rojas, cujo nome é um desafio aos brasileiros, porque é uma das pronúncias mais difíceis de português, quando tem o "r" e o "j". Rojas, para nós é muito difícil; Senhores Senadores; Senhores Ministros das Relações Exteriores que aqui se encontram; Senhores Deputados; Senhor Prefeito de Manaus, Alfredo Nascimento; Senhores Empresários da Venezuela, do Brasil; Senhoras e Senhores,

Eu posso lhes dizer que hoje foi um dia pleno de significado para nós brasileiros. Significado, por motivos nossos, internos, mas, sobretudo, pelo fato de que, efetivamente, nós estamos, hoje, assistindo, desde esta manhã, em Boa Vista, ao desenrolar de um conjunto de atos e – mais do que de atos – de expressões de sentimentos que mostram que, efetivamente, a integração do Brasil e da Venezuela está em marcha.

Eu digo que isso é muito importante para nós brasileiros, e creio que será importante para os venezuelanos. Perguntava, há pouco, ao Ministro Dornelles, porque já me havia esquecido, como se designava a ALADI no passado. Era ALALC. Eu trabalhei na Cepal–Comissão Econômica para a América Latina. Eu trabalhei com Raúl Prebisch. Fui colega de Celso Furtado e de muitos outros, brasileiros, argentinos, venezuelanos; Rogel Mala, que tanta influência teve na Venezuela. Enfim, de tantos latino-americanos que imaginavam, sonhavam com as integrações na América que a gente chamava de América Latina.

Antes disso, como pesquisador estudei os empresários brasileiros, argentinos, chilenos, mexicanos. Escrevi dois livros sobre essa matéria. E uma das preocupações – foi no começo dos anos 60 –, era a questão da ALALC. Em São Paulo, o empresariado mal sabia do que se tratava e tinha profunda desconfiança. Na Argentina, para que lhes falar? Por que precisariam os argentinos de um relacionamento com outros países, um país tão próspero?

Era quase que uma teimosia de um grupo de técnicos e alguns políticos, que tinham uma visão de América Latina, inclusive Eduardo Frei, o pai, que foi companheiro de Rafael Caldera, e algumas poucas pessoas que imaginavam que, um dia, fosse possível um diálogo e que, desse diálogo, resultasse um esforço em comum.

Bom, alguma vez, nos anos 60 ainda – 65, deve ter sido –, Dr. Raúl Prebisch me pediu que eu fosse à América Central, para ver ali o que se estava fazendo, porque havia uma experiência de integração centro-americana. Já havia aquilo que, agora, o nosso Ministro Rojas reclama, da importância que existe lá, que já existia o Pacto Andino. Era muito tênue, ainda, mesmo, o mercado comum centro-americano e tratava-se de discutir a possibilidade de um banco centro-americano de desenvolvimento. Voltei e fiz o relatório mais pessimista do que otimista, contrariamente ao meu temperamento, para o Dr. Prebisch, para lhe dizer das dificuldades.

Pois bem, hoje, com a experiência do Mercosul, com o avanço da ALADI, com a proposta da ALCA, está evidente que nós estamos destinados – eu friso a palavra: destinados – a alguma forma de integração.

Mas esse destino não se realiza como se fosse um fenômeno natural, um *fiat*. Não. Ele vai sendo construído.

E eu creio que o Presidente Caldera é um dos construtores disso, porque teve a sensibilidade de, num país que, provavelmente, sempre se interessou, por razões naturais, muito mais pelo Caribe, pela América Central, pelo Norte, teve a sensibilidade de olhar para o Sul. E encontrou no Sul olhos que o flertavam. Não eram os meus, ainda. Eram os do Presidente Itamar. Mas, a partir daquele namoro, eu achei que era melhor um casamento. E, na verdade, de lá para cá, nós temos caminhado imensamente no estabelecimento de relações entre a Venezuela e o Brasil.

Por que eu me referi à ALADI, à ALCA e ao Mercosul? Porque, na verdade, todos esses processos só caminharam depois que os visionários, sejam os intelectuais, sejam os políticos, deram lugar aos empresários. E, mais tarde, vão se solidificar quando, junto com os empresários, estiverem os sindicalistas e quando, mais adiante, o povo todo perceber que há algo de muito comum que requer uma integração.

Nós estamos caminhando nessa direção. Se, no começo, vislumbrávamos a possibilidade de uma relação mais estreita, entre a Venezuela e o Brasil, se essa visão era uma visão, digamos, de estratégia de política internacional e de compreensão da dinâmica das relações entre os povos, hoje ela começa a ser outra coisa.

E a lista de projetos possíveis, que o Ministro Dornelles alinhou aqui, mostra que o caminho está se pavimentando. E está muito bem colocado, também, aí – por ambos os Ministros – a necessidade de que essa pavimentação seja feita através de um conjunto de decisões públicas, que dêem consequência ao sentimento que hoje já não é só profético, mas é um sentimento baseado em interesses concretos.

Nós estamos começando a dar compreensão, também, em termos de políticas públicas, à possibilidade dessa integração. No caso da Venezuela, só para repetir o que nós fizemos hoje, que é como uma culminação de um esforço grande: integração energética e integração viária. São condições fundamentais.

Se o Brasil, hoje, Presidente Caldera, pode participar, de uma maneira tão entusiasmada, desse processo todo, de integração, é porque to-

mou a decisão de que as suas fontes energéticas não se restringiriam ao espaço nacional, mas que nós já tínhamos um tipo de relacionamento com os nossos vizinhos todos: ao invés de temê-los devíamos tê-los como aliados, como sócios, como companheiros.

E assim fizemos, na energia elétrica, com o Paraguai. Estamos fazendo com a Argentina. Estamos fazendo os conversores, para que possamos utilizar a energia hidrelétrica da Argentina. Assim, estamos fazendo com o gás que vem da Bolívia, com o gás que vem da Argentina. Mais tarde, virá do Peru. Assim estamos fazendo, como pretendemos, e com que ânimo, com que a PDVEN e a Petrobrás se unam. Assim estamos fazendo, quando estamos, agora, com a Venezuela, buscando energia do Guri.

Estamos dizendo a toda a América do Sul que o Brasil é um país que quer ser próspero, mas que sabe que a sua prosperidade só existirá se ela for fruto de uma integração. E que essa prosperidade não pode ser pensada como exclusiva, nem em detrimento de quem quer que seja, senão que tem que implicar uma relação orgânica, de mútuo interesse.

E esse mútuo interesse brasileiro está inscrito na nossa matriz energética que, se no passado foi pensada como uma matriz autônoma, autárquica, hoje é pensada como uma matriz que não dispensa a cooperação de todos os países que desejam essa mesma integração.

E estamos buscando mais. Estamos buscando que o carvão da Colômbia possa gerar energia no nordeste do Brasil, para que possamos, também, nos integrar mais com a Colômbia.

Estamos satisfeitos com o que estamos fazendo. Hoje, no comércio bilateral com a Venezuela, nós temos 1 bilhão e 400 milhões de dólares. A Venezuela tem 500 milhões de superávit. A Argentina teve, o ano passado, quase 1 bilhão de superávit. Não nos preocupa isso.

Sabemos, por um lado, que estamos, simplesmente, substituindo fontes de importação de outros países, longínquos, notadamente do Oriente Médio, por países mais próximos a nós. Também estamos preparando o caminho para que possamos, amanhã, reequilibrar essa balança, fazendo com que os bens e os serviços fluam, e que haja uma base para que essa mobilidade de bens e serviços tenha continuidade, por-

que há um fluxo de recursos que interessa ao Brasil, e um fluxo de pagamentos que interessa aos países que nos vão fornecer energia.

Nós tomamos a decisão nacional de sermos um país que convive não só pacificamente, mas, integradamente, com o conjunto dos países da América do Sul. E essa decisão, hoje, é consciente, é clara. Ela tem uma implicação geral de política internacional, de forma de desenvolvimento, de necessidade de *joint ventures*, de ligação de empresas.

O comércio do Brasil com a Argentina se multiplicou por quatro ou cinco, com o Mercosul. Em cinco anos, passamos de 2, 3 bilhões de dólares para 14 bilhões, 15 bilhões de dólares. Todos ganhamos. Não existe, hoje, jogo de soma zero: para um ganhar, o outro tem que perder, não. Temos que buscar fórmulas que permitam ganhos para os dois lados, para os múltiplos lados que se estão associando.

E nós todos, em conjunto – e hoje, esta manhã, o Presidente Caldera mencionou esse fato – temos um desafio comum: é a globalização. A globalização – e eu tive a oportunidade de me referir duas vezes, em São Paulo, há uma semana, ao tema – é um processo em marcha. Não é uma opção possível, é uma realidade. Mas uma realidade não quer dizer que nós devamos cruzar os braços e sofrer as consequências dela, sem que tenhamos, nós próprios, estratégias de integração soberana, no sentido de buscar proveito maior, para cada um dos nossos países, nesse processo de integração internacional.

E disse o Presidente Caldera, esta manhã, que se já é difícil a integração, nesse processo mundial de produção, nessa nova forma de divisão internacional do trabalho, se é difícil para um país, mais fácil será se nós pudermos, juntos, definir essas estratégias.

Em maio, vamos ter uma importante reunião, em Belo Horizonte. Começamos a jogar um jogo de gente grande, que é definir nossas relações com o País que, pelas suas proporções, pela sua própria capacidade, pela sua dinâmica, pelo grau de riqueza que possui, de desenvolvimento tecnológico que possui, certamente exerce um fator de influência predominante, não no hemisfério, no mundo.

E cabe a nós começarmos a definir nosso relacionamento. Sembazônia, sem retórica, com tranquilidade, com coragem, com capacidade de

defender os nossos próprios interesses e de mostrar ao País que tem essa predominância, de que essa predominância só se manterá – e vai se manter, no próximo século – se nós definirmos, também, a possibilidade da nossa expansão. Se nós, também, jogarmos um jogo que não seja de soma zero, e que haja interesses mútuos, que devem ser postos com clareza sobre a mesa. Sem arrogância, sem temor. Com clareza. Para serem negociados ponto a ponto, para que nós possamos ver o que nos interessa e o que não nos interessa. Quando nos interessa, quando será possível, e quais serão as regras de flexibilização recíproca – e friso o recíproca – a partir das quais podemos aceitar – e vamos aceitar – um jogo de integração mais amplo.

Será mais fácil para todos nós, se tivermos consciência desse processo e se pudermos jogar juntos – Venezuela, Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Colômbia, Uruguai, enfim, os países que aqui estão – e se nós nos entendermos. Estamos fazendo um aprendizado para esse jogo maior, no mar, que é mais proceloso, da grande política internacional e dos grandes interesses internacionais, que são inescapáveis, até porque nós estamos crescendo, todos nós, e, porque estamos crescendo, não podemos nos furtar a assumir responsabilidades nessa cena mais ampla do jogo internacional.

A nossa aliança, Presidente Caldera, é uma aliança não para excluir quem quer que seja, mas para que nós possamos nos integrar, sabendo o que estamos fazendo e com os interesses claros dos nossos países, bem postos, bem definidos.

É com esse espírito, Senhores Empresários, que eu creio que nós devamos nos preparar para a reunião de Belo Horizonte. Com confiança, buscando, sim, os modos de uma integração hemisférica, mas sabendo o terreno em que vamos pisar. Tenho certeza – e tenho bastante conhecimento da política americana, da vida americana, das lideranças americanas – de que a linguagem direta e clara é a melhor. É a que se entende, porque se vê, por ela, franqueza, vontade. E nós temos vontade efetiva de buscar formas que permitam, através dessa integração hemisférica, uma ampliação das nossas possibilidades e potencialidades. Mas nós também temos consciência das nossas limitações e temos que ser

senhores do nosso tempo. O tempo tem que ser discutido, tendo em vista as nossas possibilidades efetivas e com muita clareza – tempo e as condições.

E nós não nos estamos preparando, nem a Venezuela, nem o Brasil, nem o Mercosul – e eu vejo como muito auspicioso que o Pacto Andino faça uma zona de livre comércio com o Mercosul, que haja uma integração crescente na nossa América do Sul – nós nos estamos preparando para não apenas uma negociação correta, franca, amistosa, no que diz respeito à ALCA, mas nós estamos nos preparando também para uma relação madura com a Europa, com a União Européia.

O Mercosul tem um acordo, que está no seu início, mas é um acordo que não é só comercial, é também de tipo político, com a União Européia. Nós precisamos do Sudeste da Ásia. Nós precisamos do Japão. Nós precisamos da China. Nós temos que entender que, com essa globalização, não cabe mais enfiar a cabeça na areia, como avestruz, e imaginar que o mundo, lá fora, é uma coisa e nós, aqui, somos outra. Não. Nós estamos vivendo o mesmo jogo, o mesmo mundo. E nós estamos treinando a nós próprios para nos desenvolvermos nesta grande cena internacional.

Acredito que estamos descortinando possibilidades insuspeitadas para todos os nossos países. Estamos nos preparando para o próximo século. Aqui já foi dito – e é verdade: as regras têm de ser claras nos nossos países, assim como elas têm de ser claras no jogo internacional. As regras têm que ser postas através de diálogo, aqui e para as relações internacionais. Nós estamos mudando profundamente a estrutura do Estado brasileiro. Estamos definindo, agora, no que diz respeito à energia, ao petróleo, à telefonia, aos setores fundamentais de infra-estrutura do Brasil, agências novas. E estamos aprendendo a defini-las, porque não será mais a partir de uma decisão burocrática, encastelada num aparelho de Estado e com influências privadas sobre ele, que as regras vão ser definidas. Elas hão de ser num debate franco com a sociedade e com a independência desses órgãos reguladores. E independência não quererá dizer ausência de política, nem diz respeito à vontade do Governo, mas quer dizer clareza na definição de regras, tendo em vista,

sempre, o interesse comum do país, do consumidor e as regras que permitam que o investidor possa ter confiança para fazer seus projetos.

É um novo momento da história dos nossos países. Momento difícil, muitas vezes, de incompreensão, porque sempre é difícil mudar. Sempre é difícil definir formas que não são as habituais, aquelas que a tradição apontou. Sempre haverá interesses a serem contrariados. Sempre haverá o temor da mudança. O temor da mudança, muitas vezes, paralisa, radicaliza e faz com que as pessoas percam o senso. Mas nós, que temos a responsabilidade da condução política, não podemos embarcar nessa perda de senso. Cabe a nós, com moderação, definir regras de mudança. E cabe a nós, ao desenhar o futuro, desenhá-lo para assegurar a estabilidade. Sobretudo nos momentos de mudança, é preciso que haja um horizonte no qual a pessoa possa se agarrar e dizer: “Não. Eu não vou perder nem meu emprego, nem meus direitos, nem meu investimento, nem minha liberdade. Eu vou ter tudo isso assegurado, porque estou redefinindo, com muita clareza, qual vai ser o amanhã.”

Mas eu tenho muita confiança nos nossos países, Presidente Caldera – na Venezuela, que conheço razoavelmente bem, e no Brasil. E eu tenho também o sentimento de que, se é verdade que nós estamos, agora, nesse processo integrador – juntando empresários, juntando governantes, definindo regras – a nossa possibilidade de uma convivência estável e proveitosa não está baseada só nas regras do comércio ou nas regras do investimento.

Eu disse, outro dia, e repito agora, que definir tarifas não só é aborrecido, cansa, não é agradável, como é insuficiente para unir os povos. Não se pode fazer um processo integrador simplesmente discutindo, infindavelmente, quanto por cento da taxa tal ou qual, qual é o *spread* disso ou daquilo. É necessário se fazer isso. Mas isso não motiva os povos. O que motiva os povos é uma idéia mais generosa.

Nós devemos formar um pacto entre nós de melhoria das condições de vida da nossa população. E o elemento mais sensível para isso é a educação. É a educação que vai permitir o emprego, no futuro. É a educação que vai permitir conhecimento para um novo investimento.

É a educação que permite cidadania. É a educação que permite a compreensão das culturas mútuas.

Eu acredito, Presidente Caldera, que não só nas reuniões como a de Belo Horizonte, mas quando nós estivermos juntos, em Santiago, na reunião hemisférica, nós temos que, juntos, definir essas idéias que possam gerar um movimento novo do nosso Hemisfério. E o que disse aqui já expressei ao Presidente Clinton, nos mesmos termos, de que é insuficiente falar-se em zona de livre comércio. Nós queremos uma zona de livre participação. Nós queremos uma zona de igualdade. Nós queremos uma zona em que as pessoas tenham, realmente, a informação necessária, o conhecimento necessário, educação e, a partir daí, possam não só ter emprego, mas possam ter saúde, possam olhar, umas para as outras, sem o sentimento tremendo de culpa, de saber que uns são muito mais que os outros em termos materiais e que é preciso diminuir as desigualdades.

Se nós tivermos essa capacidade de despertar o entusiasmo – o Presidente Caldera sabe que entusiasmo, etimologicamente, quer dizer Deus introjetado na alma, no corpo, no coração – se nós tivermos o entusiasmo, no sentido mais profundo, por uma idéia generosa, que nos leve a essa motivação de integração, aí sim, não tenho dúvidas de que aquilo que foi a visão profética de há 30 ou 40 anos passe a ser uma realidade que vai produzir não somente lucros, que são importantes, não somente regras de mercado, que são importantes, mas valores, que é muito mais importante que tudo isso. O valor da liberdade, o valor do conhecimento, o valor de uma sociedade mais igualitária.

É com esse espírito, Presidente Caldera, que eu agradeço e saúdo os empresários venezuelanos e os empresários brasileiros.

E não posso deixar de finalizar dizendo que, para mim, é uma grande satisfação – e é com emoção que digo isso – estar sentado ao lado de um dos maiores líderes da nossa América.

Muito obrigado.